


ATOS OFICIAIS



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

II - destinação de área pública em outro local no Município, em analogia ao art. 35 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade;

III - a destinação de áreas para sistema viário, áreas verdes/abertas e áreas institucionais deverão, somadas, totalizar 40% (quarenta por cento), podendo, porém, ser dispensados os limites mínimos previstos na Lei nº 2.462, de 2003, de cada modalidade de destinação, com a consequente compensação em outra modalidade, desde que a somatória permaneça em 40% (quarenta por cento), conforme §5º do art. 40 da Lei Federal nº 6.766, de 1979.

DA INFRAESTRUTURA MÍNIMA

Art. 9º Identificada a ausência de implantação da infraestrutura mínima prevista na Lei Federal nº 6.766, de 1979, o Município poderá:

I - exigir sua execução pelo responsável, inclusive mediante termo de compromisso;

II - executar diretamente as obras, cobrando posteriormente os custos dos responsáveis, respeitado o devido processo legal, nos termos das disposições dos §§1º a 4º do art. 40 da Lei Federal nº 6.766, de 1979; e

III - aplicar penalidades administrativas cabíveis.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Após o cumprimento do TCCU com a garantia da destinação de área pública, será emitido o Termo de Cumprimento e o Certificado de Conformidade Urbanística, o qual poderá ser levado a registro ou à averbação na matrícula do respectivo imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Santana de Parnaíba, 10 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.444, de 2025. 3 de 3



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

LEI Nº 4.445, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei de autoria da Vereadora Vice-Presidente Nelci Aparecida de Freitas Santos (Enfermeira Nelci).

Institui a Política Municipal Luighi no Município de Santana de Parnaíba.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal "Luighi," de combate ao racismo nos estádios, ginásios e arenas esportivas, públicas e privadas, situados no Município de Santana de Parnaíba, nos termos desta Lei.

Art. 2º A Política de que trata o art. 1º desta Lei tem como objetivo o combate à discriminação racial e às demais formas de intolerância étnica nos estádios e nas arenas esportivas, buscando transformá-los em espaços livres, justos e solidários para toda a comunidade esportiva.

Art. 3º São ações da Política Municipal "Luighi." de Combate ao Racismo:

I - torna-se obrigatório no âmbito das atividades esportivas realizadas em estádios, ginásios e arenas do Município de Santana de Parnaíba:

a) a divulgação e a realização de campanhas educativas de combate ao racismo nos períodos de intervalo ou que antecedem os eventos esportivos ou culturais, preferencialmente veiculadas por meios de grande alcance, tais como telões, alto falantes, murais, telas, panfletos, outdoors entre outros;

b) (VETADO);

c) a divulgação dos canais oficiais de denúncia contra a prática de racismo, por meio da afixação de cartazes em locais de fácil acesso e visualização ou por meio de anúncios sonoros, de fácil compreensão auditiva, no local em que o evento estiver sendo realizado, antes do início e no intervalo de cada evento;

d) a interrupção da partida em andamento, seja com realização pública ou privada, em caso de denúncia ou reconhecida manifestação de conduta racista por qualquer pessoa presente, sem prejuízo das sanções cíveis e/ou penais, bem como as previstas no regulamento da competição e da legislação desportiva;

Art. 4º Fica criado o "Protocolo de Combate ao Racismo", a ser realizado nos estádios e arenas esportivas que seguirá o seguinte rito:

I - qualquer cidadão poderá informar a qualquer autoridade presente no estádio acerca da conduta racista que tomar conhecimento;

II - ao tomar conhecimento do fato, a autoridade obrigatoriamente informará imediatamente ao plantão do juizado do torcedor presente no estádio, quando houver, ao organizador do evento esportivo e ao delegado da partida quando houver, e logo que for possível ao Ministério Público, à Delegacia de Polícia, a Guarda Civil Municipal de Santana de Parnaíba e a OAB Subseção de Santana de Parnaíba e sua comissão pertinente;

III - o organizador do evento ou o delegado da partida solicitará ao árbitro ou ao mediador da partida a interrupção obrigatória de que trata a alínea "d" do Inciso I do Art. 3º desta Lei;


IV - a interrupção se dará pelo tempo que o organizador do evento ou o delegado da partida entender necessário e enquanto não cessarem as atitudes reconhecidamente racistas;

V - após a interrupção e em caso da conduta racista praticada conjuntamente por torcedores ou de reincidência de conduta reconhecidamente racista, o organizador do evento esportivo ou o delegado da partida poderá informar ao árbitro ou ao mediador da partida quanto a decisão de exercer a faculdade de encerrar a partida, nos moldes previstos na Alínea "b" do Inciso II do Art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. São consideradas autoridades os policiais militares, bombeiros, guardas ou qualquer funcionário de segurança privada do estádio, ginásio ou arena esportiva.

Art. 5º (VETADO).

Lei nº 4.445, de 2025. 1 de 3



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

e) a capacitação e formação continuada de funcionários e prestadores de serviços sobre as condutas combatidas por esta Lei.

II - torna-se facultativo no âmbito das atividades esportivas realizadas em estádios e arenas:

a) (VETADO);

b) o encerramento total da partida em andamento, seja com realização pública ou privada, em caso de conduta racista praticada conjuntamente por grupo de pessoas ou em caso de reincidência de reconhecida manifestação de conduta racista, sem prejuízo das sanções previstas no regulamento da competição e da legislação desportiva.

Art. 4º Fica criado o "Protocolo de Combate ao Racismo", a ser realizado nos estádios e arenas esportivas que seguirá o seguinte rito:

I - qualquer cidadão poderá informar a qualquer autoridade presente no estádio acerca da conduta racista que tomar conhecimento;

II - ao tomar conhecimento do fato, a autoridade obrigatoriamente informará imediatamente ao plantão do juizado do torcedor presente no estádio, quando houver, ao organizador do evento esportivo e ao delegado da partida quando houver, e logo que for possível ao Ministério Público, à Delegacia de Polícia, a Guarda Civil Municipal de Santana de Parnaíba e a OAB Subseção de Santana de Parnaíba e sua comissão pertinente;

III - o organizador do evento ou o delegado da partida solicitará ao árbitro ou ao mediador da partida a interrupção obrigatória de que trata a alínea "d" do Inciso I do Art. 3º desta Lei;


IV - a interrupção se dará pelo tempo que o organizador do evento ou o delegado da partida entender necessário e enquanto não cessarem as atitudes reconhecidamente racistas;

V - após a interrupção e em caso da conduta racista praticada conjuntamente por torcedores ou de reincidência de conduta reconhecidamente racista, o organizador do evento esportivo ou o delegado da partida poderá informar ao árbitro ou ao mediador da partida quanto a decisão de exercer a faculdade de encerrar a partida, nos moldes previstos na Alínea "b" do Inciso II do Art. 3º desta Lei.

Parágrafo único. São consideradas autoridades os policiais militares, bombeiros, guardas ou qualquer funcionário de segurança privada do estádio, ginásio ou arena esportiva.

Art. 5º (VETADO).

Lei nº 4.445, de 2025. 2 de 3



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Santana de Parnaíba, 11 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.445, de 2025. 2 de 3



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

LEI Nº 4.446, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Projeto de Lei de autoria do Vereador Jonathan Gomes Ferreira de Souza (Jonathan Gomes).

Dispõe sobre a instituição do Selo Escola Protetora no âmbito do Município de Santana de Parnaíba.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santana de Parnaíba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Santana de Parnaíba, o "Selo Escola Protetora", destinado a reconhecer e incentivar escolas públicas e privadas a adotarem políticas efetivas de prevenção e combate à violência sexual e demais formas de abuso contra crianças e adolescentes.

Art. 2º Poderão receber o Selo Escola Protetora as escolas públicas e privadas que implementarem as seguintes ações:

I - promoção de educação, orientação e conscientização sobre a prevenção e o combate à violência sexual e abusos contra crianças e adolescentes, por meio de:

a) realização de palestras, workshops e campanhas de esclarecimento, envolvendo alunos, profissionais da educação e famílias;

b) elaboração e distribuição de materiais educativos adequados às diferentes faixas etárias;


II - implementação de campanhas permanentes de conscientização junto à comunidade escolar, visando alertar sobre a importância da proteção das crianças e adolescentes, identificando sinais de abuso e incentivando a denúncia de situações suspeitas.

III - desenvolvimento de programas de educação sexual alinhados à faixa etária dos alunos, para promover o conhecimento sobre o corpo, limites pessoais, consentimento e direitos.

IV - realização de oficinas, atividades culturais, esportivas, musicais e teatrais que estimulem a convivência saudável, o entrosamento e o acolhimento das crianças e adolescentes, fortalecendo o ambiente escolar como espaço seguro e acolhedor.

V - (VETADO).

Lei nº 4.446, de 2025. 1 de 2



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

Art. 3º O Selo Escola Protetora será concedido como reconhecimento público às ações desenvolvidas pelas pessoas jurídicas que contribuírem para prevenção e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 4º Os detentores do Selo Escola Protetora poderão dele usufruir para fins de propaganda e divulgação.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Santana de Parnaíba, 11 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivada em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Lei nº 4.446, de 2025. 2 de 2



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5.290, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Altera o Decreto nº 4.651, de 5 de outubro de 2021, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras localizadas no Jardim Parnaíba - Santana de Parnaíba.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 4.651, de 5 de outubro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 1º** Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras abaixo caracterizadas, que somam **10.172,55m²** (dez mil, cento e setenta e dois metros quadrados e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizadas no bairro Jardim Parnaíba, Santana de Parnaíba-SP, tudo conforme plantas e memoriais descritivos, em anexo, que ficam fazendo parte integrante deste Decreto, a saber:

.....

XXIX - Lote 01, da Quadra "A", com área de 375,92m², localizado na Rua Padre Luiz Alves de Siqueira Castro, Jardim Parnaíba, Santana de Parnaíba-SP, Matrícula nº 8.724, que consta pertencer a **ALCEBIADES CHAVES DE OLIVEIRA e VERGINIA DA ROCHA PEDROSO DE OLIVEIRA**, ou quem de direito;

XXX - Lote 02, da Quadra "A", com área de 210,93m², localizado na Rua Padre Luiz Alves de Siqueira Castro, Jardim Parnaíba, Santana de Parnaíba-SP, Matrícula nº 8.725, que consta pertencer a **ALCEBIADES CHAVES DE OLIVEIRA e VERGINIA DA ROCHA PEDROSO DE OLIVEIRA**, ou quem de direito." (NR)

Art. 2º Fica revogado o inciso XX do art. 1º do Decreto nº 4.651, de 5 de outubro de 2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Santana de Parnaíba, 10 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivado em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Decreto nº 5.290, de 2025. 1 de 1



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5.291, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras localizadas no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba, e dá outras providências.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terras abaixo caracterizadas, que somam **500,52m²** (quinhentos metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrados), localizadas no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, tudo conforme plantas e memoriais descritivos em anexo que ficam fazendo parte integrante deste Decreto, a saber:

I - **área de 23,53m²**, localizada na Rua Agenor Milanello, no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, parte de área constituída da Matrícula nº 60673, que consta pertencer a **CHEN MING SHONG**, ou quem de direito;

II - **área de 103,29m²**, localizada na Rua Agenor Milanello, no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, parte de área constituída da Matrícula nº 60673, que consta pertencer a **CHEN MING SHONG**, ou quem de direito;

III - **área de 200,03m²**, localizada na Rua Agenor Milanello, no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, parte de área constituída da Matrícula nº 60674, que consta pertencer **TIAGO NOGUEIRA**, ou quem de direito;


IV - **área de 150,65m²**, localizada na Rua Agenor Milanello, no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, parte de área constituída da Matrícula nº 60675, que consta pertencer a **CECÍLIA CODATO CECARELLI**, ou quem de direito;

V - **área de 23,02m²**, localizada na Rua Agenor Milanello, no bairro do Cururuquara, Santana de Parnaíba-SP, parte de área constituída da Matrícula nº 60676, cuja nua-propriedade consta pertencer a **PAULA CRISTINA MELLO DALOIA e TALITA MELO DALOIA**, e o usufruto consta pertencer a **ARLINDO DALOIA e MARIA DAS GRAÇAS DE MELO DALOIA**, ou quem de direito.

Art. 2º As áreas declaradas de utilidade pública, na forma do art. 1º, destinam-se a melhoria do sistema viário.

Art. 3º A desapropriação de que trata este Decreto é de natureza URGENTE, para efeitos de imediata imissão de posse da área em referência, em conformidade com o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e posteriores alterações.

Lei nº 5.291, de 2025. 1 de 1



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria, constante do orçamento vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Parnaíba, 10 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivado em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Decreto nº 5.291, de 2025. 2 de 2



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5.292, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o disposto no art. 4º, da Lei Municipal nº 4.300, de 13 de novembro de 2024, decreta:

Art. 1º Fica aberto na Contadoria Municipal, crédito adicional suplementar, cujo valor e codificação (institucional, econômica e funcional programática), estão detalhados conforme segue:

01-PODER LEGISLATIVO
0102-CÂMARA MUNICIPAL – SECRETARIA
0102-3.1.90.11-0103100032003- Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Despesas com Pessoal/Encargos - Secretaria da Câmara Municipal
(Código Contábil 07).....R\$ 45.000,00

Art. 2º O valor do crédito adicional suplementar referido no art. 1º, deste Decreto, será coberto com recursos previstos no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, resultante de anulação parcial a seguir exposta:

01-PODER LEGISLATIVO
0102-CÂMARA MUNICIPAL – SECRETARIA
0102-3.3.90.30-0103100032003- Material de Consumo
Despesas de Custeio - Secretaria da Câmara Municipal
(Código Contábil 10).....R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


Santana de Parnaíba, 11 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal

Arquivado em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Decreto nº 5.292, de 2025. 1 de 1



PREFEITURA DE SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 5.293, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a forma de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e dá outras providências.

ELVIS LEONARDO CEZAR, Prefeito do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 1.815, de 2 de dezembro de 1993, no tocante ao número de parcelas para o recebimento do IPTU;

Considerando a necessidade de fixação de valor mínimo para cada parcela do ano de 2026 em razão de custos financeiros operacionais para cobrança do imposto,

DECRETA:

Art. 1º O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para o exercício 2026, nos termos do que dispõe o art. 17 da Lei nº 1.815, de 2 de dezembro de 1993, com alterações posteriores, poderá ser parcelado em até 12 (doze) vezes, com vencimento estipulado para todo dia 10 de cada mês, sendo certo que poderá ser pago em cota única, com o desconto apontado, até o dia 28 de janeiro de 2026.

Parágrafo único. Excepcionalmente no mês de janeiro de 2026, o vencimento da primeira parcela será alterado para o dia 28/01/2026.

Art. 2º Para o recebimento parcelado do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, de que trata o art. 1º deste Decreto, não haverá parcela inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

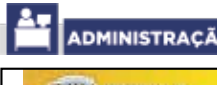
Santana de Parnaíba, 12 de dezembro de 2025.

ELVIS LEONARDO CEZAR
Prefeito Municipal


Arquivado em pasta própria no local de costume na data supra.

Veronica Mutti Calderaro Teixeira Koishi
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

Decreto nº 5.293, de 2025. 1 de 1



ADMINISTRAÇÃO



PROCESSO SELETIVO N.º 05/2025

COMUNICADO N.º 08

Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, torna público o Comunicado n.º 08, que DIVULGA OS LOCAIS DAS PROVAS OBJETIVAS.


I. A distribuição dos candidatos por local da Prova Objetiva, consta do Anexo I deste Comunicado.

Santana de Parnaíba, (SP), 12 de dezembro de 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA, (SP).

ANEXO I

1



Data da Prova: 21/12/2025
Os Portões fecham às 09h00min **Matutino (MANHÃ)**

PROCESSO SELETIVO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA, SP - EDITAL N.º 05/2025

C.M. PROF.ª LEDA CAIRA

ENDEREÇO: **ESTRADA MARICA MARQUES, 260**

BAIRRO: **JARDIM REPRESSA**

CIDADE/UF: **SANTANA DE PARNAÍBA-SP**

CARGOCURSO: PEB I - EDUCAÇÃO BÁSICA

Inscrição	Nome	Data de Nascimento	Local	Período
663	PAULA CRISTINA DO CARMO FREITAS BARBOSA	12/01/1998	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
478	PAULA DA SILVA COSTA	08/11/1990	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2044	PAULA OLIVEIRA BALTOR	22/12/1991	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
92	PAULO ROBERTO BEZERRA LEITE	01/11/1959	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2701	PRISCILA CLAUDINO MARQUES FERNANDES	14/10/1983	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1467	PRISCILA DE ALMEIDA	01/06/1990	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
206	PRISCILA DO PRADO TEIXEIRA SANTOS	01/09/1985	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2497	PRISCILA FELIX DOS SANTOS	08/11/1993	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
805	PRISCILA FERREIRA MATIVE	04/04/1985	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1269	PRISCILA GOMES DA SILVA	20/12/1979	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
717	PRISCILA GOMES DE FARIA	21/05/1987	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
257	PRISCILA PRADO GARCIA	26/12/1981	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1827	PRISCILA RICUETTI	02/07/1980	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2326	PRISCILLA BORGES DA SILVA	30/03/1986	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
328	PRISCILLA JACINTO COSTA	03/12/1994	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2029	PRISCILLA ZEDDE PINHEIRO	24/12/1982	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1214	QUEILA MARIA DE OLIVEIRA	16/11/1979	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2833	QUELIANE SANTOS SILVA	18/08/1989	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
2389	RAFAELA ALVES CHIANCONI	18/01/2004	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1056	RAFAELA DA SILVA ANTONIO	10/06/1999	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
84	RAFAELA MARIA DA SILVA	03/12/1992	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
1586	RAFAELI REGINA DA SILVA VENTURA	19/12/1995	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	
283	RAIANY CAROLINA A RODRIGUES DOS SANTOS	06/04/1987	Prédio UNICO - Piso 1º ANDAR - Sala 1 - MATUTINO	

Página 1 de 82

